

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Autorização / Liquidação de Despesa Nº 0000937.1/2020

Data Empenho: 29/04/2020 Data Autorização: 04/06/2020 Processo: 0020699/2020

Sistema Orçamentário**Departamento de Tesouraria**

Órgão : 2600 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
Unidade Orçamentária : 2601 - SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função : 10 - Saúde
Subfunção : 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa : 0082 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade : 2.120 - DESENVOLVER AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO COMBATE A COVID-19
Elemento Despesa : 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso : 144 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - FEDERAL - COVID-19

Favorecido: 907870 - MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME

Endereço: RUA CORONEL ANTONIO DOS ANJOS
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTES CLAROS

Documento: 22547761000109
CEP: 39400050
UF: MG

Histórico :

Prestação de serviço de impressão de cópias com fornecimento de máquina copiadora em regime de comodato para atender as necessidades dos diversos setores no cenário da crise decorrente da pandemia Coronavirus - COVID-19, através do contrato nº 106/2020 SMS, custeado com recurso do FMS COVID-19 Repasse Federal, período, da data de assinatura a dezembro/2020

Liquidação Nº 0002647/2020

Convênio: Não Modalidade: Pregão Eletrônico

Contrato:

Documento Fiscal: NF Nº 5403 - 01/06/2020 de 726,80

Saldo Empenhado Anterior
5.814,40

Esta liquidação
726,80

Saldo Empenhado Atual a Liquidar
5.087,60

A liquidação da despesa foi procedida com base na nota de empenho e no documento acima especificado, onde consta a declaração do recebimento do material e/ou serviço em condições satisfatórias.

Valor Desconto
0,00

Valor Líquido
726,80

09/06/20 [Assinatura]
Alex Lopes de Andrade
Liquidação da Despesa
Mat. 07.14.365-9

Autorização de Pagamento nº 0003931/2020

Face a liquidação processada, autorizo o pagamento acima especificado ao favorecido ou seu procurador.

[Assinatura]
Ramona Carqueira Pereira
Secretaria Municipal de Saúde
MAT. 245025

[Assinatura]
Rodrigo Lima dos Santos
Diretor Financeiro - SMS
Mat- 24436-1

Recibo

Recebi(emos) da PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA a importância referente a despesa acima mencionada, da qual é dada quitação em 03 (três) vias para um só efeito.
726,80, (setecentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Data: 09/06/2020

MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME
22547761000109

Conta Bancária do Credor ou Procurador

Tipo	Banco	Agência	Dgt Agência	Conta	Dgt Conta	Dgt Conta Agência	Cod Compensação
CORRENTE	BANCO DO BRASIL	0104	X	108320	I		

Banco: BB Conta: 694008.91 Bor./Cheque: 0000 Recibo: _____

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Nº PROCESSO/EMPENHO 937/2020 Nº PROTOCOLO 0020699/2020

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2020

Tipo: Global

Data: 29/04/2020

Nº AE: 000806/2020

Órgão.....: 2600 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
Unidade.....: 2601 - SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
Função.....: 10 - Saúde
SubFunção.....: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa.....: 0082 - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Classif. Orçamentária.....: 2.120 - DESENVOLVER AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO COMBATE
Elemento da Despesa.....: 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Subelemento da Despesa.....: 33903999061 - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E FOTOCOPIADORA
Fonte de Recurso.....: 144 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS - FEDERAL - COVID-19

Credor... : MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME

Nº: 907870

Endereço. : RUA CORONEL ANTONIO DOS ANJOS

Nº : 323

Bairro : CENTRO

CEP : 39400-050

Cidade.... : MONTES CLAROS

UF : MG

CNPJ : 22.547.761/0001-09

Prestação de serviço de impressão de cópias com fornecimento de máquina copiadora em regime de comodato para atender as necessidades dos diversos setores no cenário da crise decorrente da pandemia Coronavírus - COVID19, através do contrato nº 106/2020 SMS, custeado com recurso do FMS COVID-19 Repasse Federal, período; da data de assinatura a dezembro/2020

Licitação/Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000013S/2019 Nº Processo: 0020699/2020

Convênio:

Contrato:

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

SALDO ANTERIOR	1.620.000,00	:	TOTAL EMPENHADO.....:	5.814,40
VALOR EMPENHADO.....:	5.814,40	:	SALDO ATUAL	1.614.185,60

Juscínia Ferreira Oliveira
Mat- 24437-4

Coord. Orçamentária Financeira e Contábil - SMS

Ramona Cerqueira Pereira
MAT. 245025

Secretário Municipal de Saúde

LIQUIDAÇÃO: A liquidação da despesa foi procedida com base na nota de empenho e no documento apresentado, onde consta a declaração do recebimento do material e/ou serviço em condições satisfatórias.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Alex Lopes de Andrade
Mat. 145659
Liquidação da Despesa

AUTORIZAÇÃO: Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: ____/____/____

Ramona Cerqueira Pereira
MAT. 245025

Secretário Municipal de Saúde

Rodrigo Lima dos Santos
Mat. 24436-1

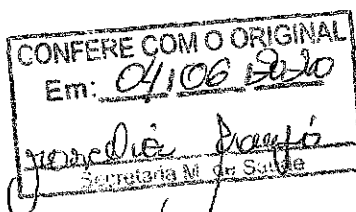
Diretor Financeiro - SMS

Recebi(emos) a importância de 5.814,40, (cinco mil oitocentos e quatorze reais e quarenta centavos), referente a despesa acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

Data: ____/____/____

Identidade/CPF/CNPJ

Assinatura do Credor ou seu Procurador



**Fundo Municipal de Saude de Vitoria da Conquista**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**Solicitação de Fornecimento/Liquidação
Nº 001961/2020**

1 / 1

Processo	020699/2020	Empenho	0000937/2020	Contrato	000106-SMS/2020		
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
Compra/Licitação	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000013/2019 SMS						
Fornecedor	MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME			CNPJ	22.547.761/0001-09		
Endereço	RUA CORONEL ANTONIO DOS ANJOS, 323 - CENTRO - MONTES CLAROS - MG - CEP 39400050						
Nº Banco	001	Nº Agência	0104-X	Nº Conta	108320-1	Telefone	3832226751
Dotação	26002601.1030200822.120.33903900000.144				Ficha-Fonte	212039144.144	
Histórico	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CÓPIAS COM FORNECIMENTO DE MÁQUINA COPIADORA EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES NO CENÁRIO DA CRISE DECORRENTE DA PANDEMIA CORONAVIRUS - COVID19, ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 106/2020 SMS, CUSTEADO COM RECURSO DO FMS COVID-19 REPASSE FEDERAL, PERÍODO; DA DATA DE ASSINATURA Á DEZEMBRO/2020						

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Qtd	Vlr. Unitário	Vlr. Total
00001		00004194	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO / 10.000 COPIAS / MÊS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CÓPIAS E O FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO, DE MÁQUINAS COPIADORAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS. MÁQUINA MULTIFUNCIONAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 CÓPIAS MÊS. 30PPM E OFÍCIO 2, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO DIGITAL, USB, REDE. CONTROLE DE CÓPIAS E IMPRESSÃO. TONNER COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10.000 PÁGINAS.	UN	4,000	181,70	726,80
Total Geral							726,80

Local de Entrega: DIRETORIA DE ATENÇÃO PROGRAMÁTICA E ESPECIALIZADA


DEVERÁ SER FORNECIDA AS QUANTIDADES INDICADAS NO CAMPO Q.(QUANTIDADE) SOLICITADA**Condição de Pagamento:****Prazo de Entrega/Execução:** 0 dia(s)**Observações:**


- 1 - O fornecimento deverá ser somente de acordo com o pedido.
- 2 - O Material somente será aceito depois de julgado de boa qualidade no destino.
- 3 - Citar no(s) volume(s) o(s) número(s) da(s) NF(s).
- 4 - Ordem de Compra com validade de 60 dias.

Vitória da Conquista, 3 jun 2020

Emitido por FABIO ALVES SANTOS em 03/06/2020 às 09:25:14

Prefeitura de Montes Claros/MG

 MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA RUA CORONEL ANTONIO DOS ANJOS, 231 CEP: 39400-050 - Bairro: CENTRO Município: Montes Claros - MG E-mail: fiscal@azteccontabil.com.br Fone: 3832230017 CNPJ/CPF: 22547761000109 Inscrição Estadual: 0025661690070 Inscrição Municipal: 68741	Número da NFS-e 202000000005403	
	Data do Serviço 01/06/2020	Código Verificador f3fb59430

 Prefeitura de Montes Claros/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PÚBLICAS Fone: (38) 2211-3000 - http://nota.montesclaros.mg.gov.br/nfse.portal/	Dt. de Emissão 01/06/2020	Exigibilidade ISS Exigível	Tributado no Município Montes Claros / MG
--	-------------------------------------	-------------------------------	--

TOMADOR DO SERVIÇO				Município de Prestação do Serviço	
Nome / Razão Social PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DA CONQUISTA				Vitória da Conquista / BA	
Endereço PRACA JOAQUIM CORREA 55, 0					
Cidade Vitória da Conquista	UF BA	Fone (77) 3429-7418	CEP 45023-490		
Bairro CENTRO					
CNPJ / CPF 14.239.578/0001-00	Inscrição Municipal *****	Inscrição Estadual *****			
E-mail *****					

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO		
Nome / Razão Social *****	CNPJ / CPF *****	Inscrição Municipal *****
E-mail *****		Fone *****

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		VALOR TOTAL	ALÍQ.	VALOR IMPOSTO	RETIDO
04 PRESTACAO DE SERVICO DE IMPRESSAO DE COPIAS E O FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO CAPC MINIMA 5.000 COPIAS R\$ 181,70CADA PERMITE APROVEITAMENTO DE CREDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$ 70,97 ALIQUOTA 4,34 CONFORME ART. 23 LC 123.. Alíquota Efetiva: 4,50%.		726,80	4,50	32,71	Não
Código do Serviço 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).		Código NBS *****			
CIDE 0,00	COFINS 0,00	COFINS Importação 0,00	ICMS 0,00	IOF 0,00	IPI 0,00
PIS/PASEP 0,00	PIS/PASEP Importação 0,00				
Base Cálculo ISSQN Próprio 726,80	Valor do ISSQN Próprio 32,71	Base de Cálculo ISSQN Retido 0,00	Valor do ISSQN Retido 0,00	Valor Total do ISSQN 32,71	Valor Dedução / Descontos 0,00
Valor Total da NFS-e 726,80		Valor Líquido da NFS-e 726,80			

Informações adicionais

NFS-e Gerada a Partir do RPS 12454 | Série: RPS | Emitido em: 01/06/2020 | Tipo: Recibo Provisório de Serviços.

Matrícula CEI da Obra: Não se Aplica | Anotação de Responsabilidade Técnica - ART: Não se Aplica

NOTA EMITIDA POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI

Lei 12741/2012: Mun: R\$22,17; Est: R\$0,00; Fed: R\$97,75; Total Aprox: R\$119,92. Fonte: IBPT.

Informações NF.: MES 05/2020

FATURA/DUPPLICATA

ATESTO QUE:
OS MATERIAIS FORAM ENTREGUES!
OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS!
 EM 02/06/2020
 ELIANE HÖHNENBERGER GALBRAITH
 Enfermeira - COREN 94878
 Diretora DAPE
 Matrícula 624197-5

Para consultar a autenticidade acesse: <http://nota.montesclaros.mg.gov.br/nfse.portal/>



202000000005403f3fb5943022547761000109

Recebi(emos) de MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA os serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado. _____ Data	202000000005403 Número da NFS-e Competência 01/06/2020 NFS-e f3fb59430	Número de Controle do Município Lamona Cerqueira Pereira Secretária Municipal de Saúde
--	---	--

Para consultar a autenticidade acesse: <http://nota.montesclaros.mg.gov.br/nfse.portal/>

EMPENHO: 937/2020
 CONTRATO: 106/2020
 N.º 106/2020
 Coord. de Contratos e Convênios



Município de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária
Gerência de Fiscalização
Praça Joaquim Correia, 55, Centro - Vitória da Conquista/BA - CEP:45.040.040

Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços - RANFS®

RANFS® criado em : **01/06/2020 17:26**

Data de Emissão da Nota
01/06/2020

Período de Competência
5/2020

Município de Prestação do Serviço
Montes Claros - MG

Reg. Especial Tributação
Nenhum

Natureza da Operação
Tributação fora do município de Vitória da Conquista

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME

CPF/CNPJ

22.547.761/0001-09

Inscrição Municipal
6001486

Simples Nacional
Sim

Incentivador Cultural
Não

Endereço

Rua Coronel Antônio dos Anjos, 323 Bairro Centro CEP 39400-050 Montes Claros - MG

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA DA CONQUISTA

CPF/CNPJ

14.239.578/0001-00

Inscrição Municipal
4138

FONE/FAX

7734248547

E-mail

mfse@pmvc.ba.gov.br

Endereço

PCA JOAQUIM CORREIA, 55 Bairro Centro CEP 45040-040 Vitória da Conquista - BA

Código Tributação Município: 1304 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

04 PRESTACAO DE SERVICO DE IMPRESSAO DE COPIAS E FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO (R\$ 181,70 CADA)

Ramona Cerqueira Pereira
Ramona Cerqueira Pereira
Secretária Municipal de Saúde

Rodrigo Lima dos Santos
Rodrigo Lima dos Santos
Diretor Financeiro
Mat. 04.24436 - 1
04/06/2020

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)
0,00

COFINS (R\$)
0,00

INSS (R\$)
0,00

IR (R\$)
0,00

CSLL (R\$)
0,00

Outras Retenções (R\$)
0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$)
726,80

Deduções (R\$)
0,00

Desconto Incondicionado (R\$)
0,00

Base de Cálculo (R\$)
726,80

Alíquota (%)
4,5000

ISS (R\$)
32,71

ISS Retido (R\$)
0,00

Desconto Condicionado (R\$)
0,00

Valor Líquido (R\$)
726,80

Valor Total da Nota (R\$)
726,80

OUTRAS INFORMAÇÕES

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
28/04/2020CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
27/07/2020

NOME/NOME EMPRESARIAL: MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002566169.00-70

CNPJ/CPF: 22.547.761/0001-09

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA CORONEL ANTONIO DOS ANJOS

NÚMERO: 231

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 39400050

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: MONTES CLAROS

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2020000395704202



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA
CNPJ: 22.547.761/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:36:55 do dia 28/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/10/2020.

Código de controle da certidão: **3223.DFE2.6368.3507**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 22.547.761/0001-09

Certidão nº: 10023553/2020

Expedição: 28/04/2020, às 10:44:59

Validade: 24/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.547.761/0001-09**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.547.761/0001-09

Razão Social: MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA ME

Endereço: R CORONEL ANTONIO DOS ANJOS 323 / CENTRO / MONTES CLAROS / MG
/ 39400-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

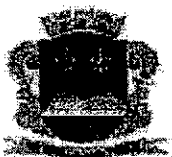
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/03/2020 a 18/07/2020

Certificação Número: 2020032105261417208411

Informação obtida em 31/03/2020 12:35:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prefeitura Municipal de Montes Claros
Secretaria de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

319599 / 2020

NOME OU RAZÃO SOCIAL

MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA -ME

ENDEREÇO COMPLETO

CORONEL ANTONIO DOS ANJOS 323, CENTRO
MONTES CLAROS- MG - CEP: 39400050

CPE/CNPJ

22.547.761/0001-09

CÓD. CONTRIBUINTE

221899

Consultando nossos arquivos constatamos que **NADA CONSTA** nesta **PREFEITURA**, em nome do contribuinte acima citado, e até a presente data, referente a débitos vencidos relativos a Impostos e Taxas, sob qualquer título.

Quanto a esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS** ficam ressalvados, entretanto, eventuais direitos de a Fazenda Pública do Município de Montes Claros lançar e cobrar débitos que venham a ser apurados.

FIM EXPRESSO A QUE SE DESTINA ESSA CERTIDÃO

Fins de Direito

OBSERVAÇÕES

ESTA CERTIDÃO NÃO TEM VALIDADE PARA EFEITOS DE TRANSMISSÃO DE IMÓVEL E PARA FINS DE INVENTÁRIO, HAJA VISTA QUE TAIS FINALIDADES SÃO ATESTADAS EM DOCUMENTOS PRÓPRIOS.

DATA DE EMISSÃO

05/05/2020

DATA DE VALIDADE

04/06/2020

QUALQUER RASURA INVÁLIDA A CERTIDÃO

Esse documento foi impresso via Internet. Para testar sua autenticidade acesse www.montesclaros.mg.gov.br, clique em IPTU ONLINE, na opção Autentica Certidão e digite as informações solicitadas.

Código Autenticidade: 573882980573882



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE ATENÇÃO PROGRAMÁTICA E ESPECIALIZADA
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Atenção Programática e Especializada
Protocolo (Nº)	25449/2020
Data e hora	02/06/2020 09:26:37
Texto de envio	Pagamento mês de maio MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME Centro COVID

Silvana Hohlenwerger Galdino Dias
Responsável pelo envio

Silvana Hohlenwerger Galdino Dias
Enfermeira COREN 94878
Diretora DATA
Município de 0424157-5
SMS - Diretoria de Atenção Programática e Especializada
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna Pagamento mês de maio MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME Centro COVID SMS Silvana Hohlenwerger Galdino Dias	Prezado coordenador, Segue nota fiscal e cerdidões referente ao mês de maio de 2020 da empresa MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME, do Centro d [...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE ATENÇÃO PROGRAMÁTICA E ESPECIALIZADA

Protocolo - **25449/2020**

Pagamento mês de maio MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME Centro COVID

Vitória da Conquista, 02 de junho de 2020

Prezado coordenador,

Segue nota fiscal e certidões referente ao mês de maio de 2020 da empresa MAX PRIMI IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA - ME, do Centro de atenção municipal ao coronavírus - COVID 19.

Atenciosamente,


SILVANA HOHLENWERGER GALDINO DIAS
DIRETORA DA ATENÇÃO PROGRAMÁTICA E ESPECIALIZADA
24210-1
DIRETORIA DE ATENÇÃO PROGRAMÁTICA E ESPECIALIZADA - SMS

Silvana Hohlenwenger Galdino Dias
Enfermeira - COREN 94878
Diretora DAPE
Matrícula 0424197-5

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

572





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL – PGM

Vitória da Conquista/BA, 13 de setembro de 2017.

Parecer Jurídico vinculante nº 416/2017-PGM/SMS

DA: Procuradoria Jurídica
PARA: Secretaria Municipal de Saúde.

CONSULTA: Administrativo. Requerimento de dispensa de Certidão Negativa de Débito para pagamento de serviço prestado. Ilegalidade de retenção do pagamento dos serviços prestados ou dos produtos fornecidos e recebido pela Administração Pública. Possibilidade de pagamento mesmo sem a apresentação da certidão negativa de débito. Abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93. Imperativo legal do art. 78, inciso I, art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

RELATÓRIO

A Secretária Municipal de Saúde, em despacho exarado no Processo Administrativo nº 113.601/2017, atendendo à demanda proposta pela Diretoria de regulação, Controle e Avaliação do SUS, através da CI DRAC nº. 459/2017, solicita parecer a esta Procuradoria, sobre a possibilidade de dispensa da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, para pagamento dos serviços prestados no mês de julho e agosto de 2017.

A empresa solicitou a dispensa da apresentação da certidão negativa de débitos, alegando que está pleiteando o enquadramento no REFS, oferecido pelo governo federal, argumenta, ainda, em suas razões, que se encontra em dificuldade financeira e, tal situação foi agravada pela instalação de um outro serviço oncológico na cidade, o que gerou uma queda no faturamento da empresa.

Em síntese é o que cabia relatar.

ANÁLISE

Analisando os fatos e os documentos apresentados, sem embargos de outros entendimentos, temos que verificar se o produto foi fornecido e recebido pela Administração Pública, ou, se o serviço foi efetivamente prestado.

Assim, como relatado na CI vestibular, o serviço foi prestado, logo, a administração municipal não poderá reter o pagamento, sob pena de incorrer em enriquecimento ilícito. O caso em tela se enquadra na hipótese de que a Administração Pública não está amparada por lei para reter o devido pagamento. Esse é o entendimento da Corte de Contas Federal, como se percebe pelo teor do Acórdão nº 964/2012, a seguir transcrito:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pela Ministra de Estado da Saúde sobre pagamento a fornecedores que constem no sistema de cadastramento unificado de fornecedores, em débito com o sistema de seguridade social;

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Praça Joaquim Correia, nº. 55 – Centro – Vitória da Conquista – BA
CEP: 45.040-201 Tel. (77) 3424-8500



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA PROCURADORIA GERAL - PGM

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, Inciso XVII, da Lei nº 8.443/92, 1º, inciso XXV, 264 e 265, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da consulta;

9.2. no mérito, responder à consultante que:

[...]

9.2.3. Verificada a irregular situação fiscal da contratada, incluindo a seguridade social, é vedada a retenção de pagamento por serviço já executado, ou fornecimento já entregue, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração. (Grifo nosso)

Nesse diapasão, não é diferente o posicionamento do o Superior Tribunal de Justiça (STJ), já há alguns anos, quanto à matéria em testilha, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO.

1. É necessária a comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação, conforme preconizam os arts. 27 e 28 da Lei nº 8.666/93, exigência que encontra respaldo no art. 195, § 3º, da CF. 2. A exigência de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação". 3. Desde que haja justa causa e oportunidade de defesa, pode a Administração rescindir contrato firmado, ante o descumprimento de cláusula contratual. 4. Não se verifica nenhuma ilegalidade no ato impugnado, por ser legítima a exigência de que a contratada apresente certidões comprobatórias de regularidade fiscal. 5. Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna. 6. Recurso ordinário em mandado de segurança provido em parte (RMS 24953/CE, 2ª Turma, julgado em 04.03.2008). (Grifo nosso)

Corroborando com o já afirmado, os Tribunais de Justiça têm se posicionado da seguinte forma:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE FISCAL DURANTE O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. RETENÇÃO DE PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS. IMPOSSIBILIDADE. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça encontra-se pacificada no sentido de que, não obstante o poder conferido à Administração de exigir a comprovação de regularidade fiscal durante toda a vigência do contrato, não é possível a retenção de pagamento de serviços já executados em razão do não cumprimento da referida exigência, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração e violação do princípio da legalidade, haja vista que tal providência não se encontra abarcada pelo artigo 87 da Lei 8.666/93. Precedentes desta Corte. ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS. GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO. A pessoa jurídica pode se beneficiar da gratuidade judiciária em situações especiais, como quando se tratar de entidade assistencial, sem fins lucrativos, voltada à promoção da



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PROCURADORIA GERAL - PGM

assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70071948103, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 23/03/2017) (grifado).

AGRAVO DE INSTRUMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO, MANDADO DE SEGURANÇA, RETENÇÃO DOS PAGAMENTOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL. Embora seja possível a exigência de regularidade fiscal na contratação com a Administração Pública (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993), a retenção do pagamento pelo serviço prestado em face de dívida fiscal é ilegal e abusiva, contrariando o disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/1993. A Fazenda Pública possui meios próprios para cobrar seus créditos, não devendo valer-se de coação para tal fim. A retenção indevida de valores pode configurar enriquecimento sem causa da Administração e o fim das atividades da empresa contratada, o que não pode ser permitido. Precedentes jurisprudenciais. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70069910743, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 15/02/2017) (grifado).

REMESSA NECESSÁRIA, LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO, MANDADO DE SEGURANÇA, EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, LEGALIDADE, RETENÇÃO DO VALOR REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA CONTRATADA, IMPOSSIBILIDADE. 1. Apesar de legítima a atuação da Administração Pública em proceder à exigência de comprovação da regularidade fiscal da empresa, a inobservância pela empresa contratada não deve ensejar a retenção do valor referente ao serviço prestado. 2. Isto porque a Administração Pública possui meios legais para punir a contratada por eventual inexecução do contrato, a teor do que estabelece o art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93. 3. Desse modo, a retenção do pagamento pelos serviços efetivamente prestados, por não constar no rol do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, podendo, inclusive, ocasionar o enriquecimento sem causa por parte da contratante e inviabilizar a atividade empresarial da impetrante. SENTENÇA CONFIRMADA EM REMESSA NECESSÁRIA. (Reexame Necessário Nº 70072950777, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 05/04/2017) (grifado).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL, MANDADO DE SEGURANÇA, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, CONDICIONADOS À REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. A retenção do pagamento pelos serviços regularmente contratados e efetivamente prestados, sob a alegação de que a empresa contratada se encontra em situação irregular perante a Fazenda Pública, além de não encontrar amparo legal, configura enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública. Precedentes do colendo-STJ e desta Corte Regional II - Apelação e remessa oficial, tida por interposta, desprovidas. (AMS 200834000378111, 5ª Turma, julgado em 19/09/2012).

AGRAVO DE INSTRUMENTO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, CUMPRIMENTO PELO PARTICULAR, PAGAMENTO CONDICIONADO À



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA PROCURADORIA GERAL - PGM

APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA ILEGALIDADE. NÃO PODE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PRETEXTO DE NÃO RECEBIMENTO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE FISCAL, RETER PAGAMENTOS EFETIVAMENTE DEVIDOS A PARTICULAR QUE CUMPRIU SUA PARTE NO CONTRATO ADMINISTRATIVO REGULARMENTE FIRMADO, SOB PENA DE, ASSIM AGINDO, DESSORDAR DA COMPETÊNCIA LEGALMENTE ESTABELECIDADA E INCORRER EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - AGI: 20080020124973 DF, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, Data de Julgamento: 08/10/2008, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 22/10/2008 Pág. 116). (grifado)

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS. RETENÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS. INADMISSIBILIDADE. 1. Illegítima a exigência de apresentação de certidões negativas de débito, quando a empresa contratada efetivamente cumpriu com sua obrigação, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e enriquecimento sem causa da Administração. 2. A aplicação da penalidade de retenção de pagamentos não consta nas sanções elencadas no artigo 87 da Lei de Licitações. 3. Recurso e remessa necessária desprovidos. Sentença mantida. (TJ-DF - APO: 2013011733716 DF 0009762-63.2013.8.07.0018, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 03/09/2014, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 11/09/2014, Pág. 107). (grifado)

MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - FORNECIMENTO DE GLP - EXIGÊNCIA DE CND DE DÉBITOS DO INSS PARA PAGAMENTO - VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO É CERTO DO FORNECEDOR - CONCESSÃO DO MANDAMUS. - A exigência de certidão negativa de débito junto ao INSS como condição para o pagamento de produtos fornecidos à municipalidade pela empresa impetrante, por força de contrato administrativo precedido de licitação, é ilegal e abusiva, fazendo jus a impetrante à concessão da segurança, ante a constatação de seu direito líquido e certo. (TJ-MG 104330619452290011 MG 1.0433.06.194522-9/001 (1), Relator: EDUARDO ANDRADE, Data de Julgamento: 22/01/2008, Data de Publicação: 19/02/2008) (grifado)

Pelo princípio da legalidade, a Administração Pública somente pode fazer o que a lei determina, nem além, nem aquém. Assim, a administração deve caminhar pelos passos da lei, sem qualquer desvio. Ou seja, a retenção de pagamento é ilegal, porquanto não prevista especificamente em lei.

Certo é que a Administração Pública, não pode descumprir o que determina a legislação, devendo exigir sempre as certidões para efetuar o pagamento, ou seja, a Administração Pública é obrigada, por força de lei (art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93), a exigir a manutenção das condições de habilitação durante toda a execução do contrato.

De mais a mais, a não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução do contrato, não pode acarretar a retenção do pagamento, pois esta medida somente pode ser aplicada após o devido processo legal, obedecendo ao contraditório e a ampla defesa, e, somente nas hipóteses permitidas em lei, isto é,

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Praça Joaquim Correia, nº 55 - Centro - Vitória da Conquista - BA
CEP: 45.040-901 Tel. (77) 3424-8500



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA PROCURADORIA GERAL - PGM

compensação, ou, a regularidade fiscal junto à seguridade social, em razão do quanto previsto na Carta Política de 1988 no art. 195-§ 3º.

Todavia, a Lei de Licitações e Contratos não prevê a retenção de pagamentos, porém, o descumprimento do previsto no art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93 acarretará a rescisão contratual, por descumprimento do contrato e da legislação, conforme art. 78, I e II da Lei 8.666/93.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

No informativo 103/2012, o Tribunal de Contas da União manifestou no mesmo posicionamento:

A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados (Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Com o mesmo raciocínio, Carlos Pinto Coelho Mota ensina que:

Observe-se, um tanto obviamente, que a possibilidade de retenção, embora prevista e aceitável nos casos de rescisão mencionados no art. 79, inciso I, fica adstrita às situações em que se tenha comprovado a culpa do contratado e prejuízo da administração. Não é absolutamente admitida com o contrato em vigor e a execução em pleno andamento.

Nessa esteira, fica consignada a total ilegalidade de retenção de pagamento por não apresentação de certidões negativas de débitos, ao tempo que não há previsão no art. 87 da Lei nº 8.666/93:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Praça Joaquim Correia, nº 55 - Centro - Vitória da Conquista - BA
CEP: 45.040-901 Tel. (77) 3424-8500



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PROCURADORIA GERAL - PGM

Por seu turno, a falta de manutenção das mesmas condições de habilitação e qualificação previstas no edital, constitui motivo para rescisão contratual, determinada por ato unilateral da Administração Pública, nos termos do art. 78, inciso I e art. 79, inciso I, da Lei sob comento.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Com efeito, verificada a falta de regularidade de algum dos documentos exigidos para efeito de habilitação, impõe-se o poder-dever da Administração Pública em promover a rescisão unilateral do contrato, com fundamento nos dispositivos legais alhures já mencionado.

Como dito, trata-se de um poder-dever de agir do administrador público e não de uma mera faculdade como ocorre no Direito Privado, cuja omissão do agente "caracteriza abuso de poder, que pode ensejar, até mesmo, responsabilidade civil da Administração" como nos ensina Marcelo Alexandrino & Vicente Paulo².

Por oportuno também não será possível a aplicação de quaisquer das sanções previstas no art. 87, quando a rescisão for embasada exclusivamente no descumprimento do inciso XIII, do art. 55 da comentada lei.

No entanto, esta rescisão não se deve operar de forma automática, até mesmo porque o direito ao contraditório e à ampla defesa deve ser respeitado, pois "a defesa do interessado não é uma faculdade, mas sim um direito subjetivo garantido constitucionalmente", como esclarece Toshio Mukai³.

Destarte, antes de tudo, a defesa prévia do contratado deve ser assegurada, nos termos do parágrafo único do art. 78⁴.

Portanto, deve o Município efetuar o pagamento das referidas notas fiscais e determinar abertura de Processo Administrativo, para apurar se houve ou não descumprimento contratual.

OPINATIVO

Por todo o acima exposto, após a devida análise, opina-se pela possibilidade de pagamento dos serviços efetivamente prestados, ou, os fornecimentos que foram atestados como efetivamente entregues, sem

respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

²ALEXANDRINO & PAULO, Marcelo & Vicente. *Direito Administrativo*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2004, p. 121.

³MUKAI, Toshio. *Licitações e Contratos Públicos*. 6ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 185.

⁴Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Praça Joaquim Correia, nº. 55 - Centro - Vitória da Conquista - BA
CEP: 45.040-901 Tel. (77) 3424-8500



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA
PROCURADORIA GERAL - PGM


apresentação da referida certidão.

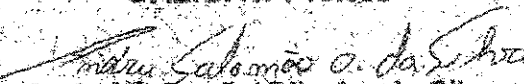
Todavia, não cabe à Administração Pública Municipal deixar de exigir a apresentação das CND's no ato do pagamento para atestar o cumprimento do quanto previsto na Legislação Federal 8.666/93, art. 55, inciso XIII¹² e na Carta Magna (art. 195, §3º¹³), ou, a título de compensação de crédito do Município. Desse modo, caso seja constatado o descumprimento das obrigações contratuais, deverá ser aberto processo administrativo visando à aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e do contrato, obedecendo-se para tanto o devido processo legal.


Em razão de haver diversos casos semelhantes, e ainda, observando-se a necessidade de celeridade na tramitação dos processos para pagamento dos prestadores de serviço e fornecedores da Administração Pública, dou ao presente Parecer Jurídico o caráter vinculante para todos os processos similares, e oriento que a Diretoria Administrativa, informe e encaminhe cópia do presente parecer a todas as Diretorias, para que ao se depararem, no momento do pagamento, com a inexistência de certidão negativa de débito, faça referência ao presente opinativo com o seu respectivo número, anexando cópia do mesmo, prosseguindo com o processo de pagamento, dispensando-se nova análise desta Procuradoria.

Salvo melhor juízo,

É o parecer.


Ana Cláudia Sampalo Brito
Procuradora Municipal
OAB/BA nº. 10.598


Andrei Salomão Oliveira da Silva
Advogado do Município
OAB/BA 41.178 - Matrícula 24.187-7


Diego Wanderley Pinto Miranda
Procurador do Município
OAB/BA nº 37.052

¹²Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

¹³Art. 195 [...] § 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.



Comprovante de Pagamento

Recibo

Dados da Empresa Pagadora			
Razão social:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		CPF/CNPJ: 13.822.397/0001-49
Convênio:	SIACC - ABBXTT - 311887 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Conta debitada: 0079/006-000624008-9
Dados do Favorecido			
Favorecido:	MAX PRIMI		CPF/CNPJ: 22.547.761/0001-09
Dados do Crédito			
Banco:	001		
Agência:	00104		
Conta:	000000108320-1		
Documento da empresa:	PRESTADOR CV 19		
Documento do banco:	000003760	Forma de pagamento:	TED
Informações	95 - Pagamento Prestador Municipal		
Data do pagamento	09/06/2020		
Valor do pagamento	R\$ 726,80		
Aceite de Pagamento			
Pela Empresa	Em ____/____/____	Pelo Favorecido	Em ____/____/____

Registro autenticação: C03146BBA43188BABA68870009